

**A POLÍTICA EDUCACIONAL DO/NO CAMPO NA ESCOLA RURAL EMÍLIA CAVALCANTE MORAIS: OCULTA OU REAL?**

**LA POLÍTICA EDUCATIVA DE/EN EL CAMPO EN LA ESCOLA RURAL EMÍLIA CAVALCANTE MORAIS: ¿OCULTA O REAL?**

Rafaela Carneiro Cláudio<sup>1</sup>  
Severino Bezerra da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa se baseou nas discussões sobre a Política Educacional do Campo para além dos assentamentos da reforma agrária, bem como, conhecer a história da comunidade e da escola; refletir sobre os desafios de construir a Educação do Campo na escola pública rural, teve como recorte analisar a Escola municipal Emília Cavalcante Morais Neta, localizada no distrito rural de Lerolândia, no município de Santa Rita/PB. Neste sentido, teve como objetivo geral de perceber a relação entre a Educação do Campo e a Escola Pública nas políticas educacionais, tendo como objetivos específicos de conhecer a Política Educacional desenvolvida desta cidade, e se tem interface com a Educação do Campo. Identificar a oferta de Formação Pedagógica no âmbito da Educação do Campo para os Professores desta unidade escolar; investigar se o currículo da Escola Rural Emília Cavalcante Morais Neta está relacionado com a educação do campo e se há as mudanças na relação entre escola e comunidade. Para a realização dessa pesquisa o aporte teórico se baseou no diálogo entre Educação Popular, Educação do Campo, Política Educacional do Campo e Escola Pública. Elegemos os autores como Brandão (1981), Leite (1999), Caldart (2012), Carrillo (2013), Esteban e Tavares (2013), entre outros. A proposta de abordagem teórico-metodológica que melhor atendeu aos interesses desta pesquisa se fundamentou na pesquisa qualitativa, a qual permite uma visão analítica, baseada no estudo de dados empíricos. A construção do método de pesquisa teve o direcionamento de um conjunto específico de metodologias, as quais foram: pesquisa bibliográfica e documental; observação e entrevistas semiestruturadas. Ao comparar com o relato da gestão municipal percebe-se uma distância significativa sobre a definição que cada um sobre a educação campo. A Educação do Campo tem elementos que possibilitam a construção de um novo horizonte de escola pública no contexto rural, não como uma fórmula mágica de mudanças ou transposição de experiências que não condizem com a realidade em análise, mas que sirvam de orientação para práticas educativas que façam refletir e problematizar o contexto ao qual a escola está inserida.

**Palavras-chave:** Educação Popular; Educação do Campo; Política Educacional do Campo e Escola Pública.

**Resumen:** Esta investigación se basó en los debates sobre la Política Educacional del Campo, además de los asentamientos de la reforma agraria, así como conocer la historia

---

<sup>1</sup> Professora da Educação Básica nos municípios de Marcação e Mari. Paraíba. Brasil. E-mail: [faelacarneiro@gmail.com](mailto:faelacarneiro@gmail.com).

<sup>2</sup> Professor orientador do Departamento de Metodologia da Educação. Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Paraíba. Brasil. E-mail: [severinobsilva@uol.com.br](mailto:severinobsilva@uol.com.br).

de la comunidad y de la escuela; reflexionar sobre los desafíos de construir la Educación del Campo en la escuela pública rural, enfocándose en el análisis de la Escuela Municipal Emília Cavalcante Morais Neta, ubicada en el distrito rural de Lerolândia, en la ciudad de Santa Rita/PB. Tuvo el objetivo general de analizar la relación entre la Educación del Campo y la Escuela Pública en las políticas educacionales, con los objetivos específicos de conocer la Política Educacional desarrollada en esa ciudad, y si hay interfaz con la Educación del Campo. Identificar el ofrecimiento de Formación Pedagógica en el alcance de la Educación del Campo para los profesores de esa unidad escolar; investigar si el currículo de la Escuela Rural Emília Cavalcante Morais Neta se relaciona con la Educación del Campo y si hay cambios en la relación entre escuela y comunidad. A fin de realizar esta investigación, la aportación teórica se basó en el dialogo entre Educación Popular, Educación del Campo y Escuela Pública. Elegimos a los autores: Brandão (1981), Leite (1999), Caldart (2012), Carrillo (2013), Esteban y Tavares (2013), entre otros. La propuesta de enfoque teórico-metodológico que más se adecuó a los intereses de esta investigación se fundamentó en la investigación cualitativa, que permite la visión analítica basada en el estudio de los datos empíricos. La construcción del método de investigación tuvo la orientación de una serie específica de metodologías, esto es: investigación bibliográfica y documental; observación y entrevistas semiestructuradas. Cuando la comparamos con el informe de la gestión municipal se nota la lejanía significativa sobre la definición que cada uno tiene sobre la Educación del Campo. La Educación del Campo tiene elementos que permiten la construcción de un nuevo horizonte de escuela pública en el contexto rural, no como si fuera por arte de magia hacer cambios o transposición de experiencias que no tienen que ver con la realidad en análisis, pero que sirvan de orientación en las prácticas educativas que favorezcan la reflexión y problematizar el contexto en que la escuela está insertada.

**Palabras-clave:** Educación Popular; Educación del Campo; Política Educacional del Campo y Escuela Pública.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo é parte do resultado da pesquisa de pós-graduação (mestrado), a qual teve a finalidade de aprofundar a discussão sobre a Educação do Campo, nas escolas públicas rurais e do campo, sobretudo na Escola Rural Emília Cavalcante Morais Neta, localizada no município de Santa Rita/PB, provocando igualmente o envolvimento da comunidade local nesse debate. Ao analisar esses diferentes contextos de educação nos assentamentos, chegamos aos seguintes questionamentos: existem práticas educativas voltadas para a Educação Comunitária nas escolas públicas rurais? Há possibilidade disso acontecer? É impossível construir Educação do Campo em escolas públicas rurais? Se sim, por quê? Se a educação no campo é direito de toda população que vive nela, por que só ouvimos falar nesse tipo de educação em área de assentamento? Como é a relação entre escola e comunidade num espaço rural, onde não há formas organizativas semelhantes dos assentamentos? E qual é a percepção da escola no meio rural em relação à Educação do Campo? Além dessas observações, outro ponto se destaca nesta análise, é o município

de Santa Rita, situado na microrregião de João Pessoa, da qual algumas cidades que compõem esse território têm se preocupado com a discussão em torno da Educação do Campo, seja em maior ou menor proporção, a exemplo dos municípios supracitados no início do texto. Por qual razão o município de Santa Rita, por meio da Secretaria de Educação, não tem se preocupado com a temática em seus espaços rurais?

As colocações e indagações aqui apresentadas foram necessárias para consolidarmos esta pesquisa, já que para obtermos algumas conclusões temos que conhecer a realidade na qual o povo está inserido: uma comunidade, uma escola. Só assim poderemos deduzir os nossos porquês, questionar e analisar. Nessa ocasião, lembramos uma frase marcante de Paulo Freire (1989), de seu livro “A importância do ato de ler”, que afirma: *A leitura do mundo precede a leitura da palavra*.

Assim, este trabalho baseia nas discussões sobre a Política Educacional do Campo para além dos assentamentos da reforma agrária, tendo como objetivos: Perceber a relação entre a Educação do Campo e a Escola Pública nas políticas educacionais no município de Santa Rita/PB; Conhecer a Política Educacional desenvolvida pela Secretaria de Educação do município de Santa Rita/PB, e se tem interface com a Educação do Campo; Identificar a oferta de Formação Pedagógica no âmbito da Educação do Campo para os professores da Escola Rural Emília Cavalcante Moraes Neta; e Investigar se o currículo da Escola Rural Emília Cavalcante Moraes Neta está relacionado com a educação do campo e se há as mudanças na relação entre escola e comunidade.

Para a realização desta pesquisa, o aporte teórico se baseou no diálogo entre Espaço Agrário, Educação do Campo, Política Educacional do Campo e Escola Pública. Elegemos como fundamentação teórica as contribuições dos seguintes autores: Fernandes (2005), Caldart (2012), Carrillo (2013), Esteban e Tavares (2013), entre outros que nortearam a nossa reflexão-crítica sobre o objeto aqui apresentado como pesquisa.

A metodologia utilizada foi fundamentada na pesquisa qualitativa, de natureza participante, que nos ajudou a colocar o observador e o observado ao mesmo lado, compreendendo melhor assim a escola e a comunidade. Como instrumentos de coleta de dados, utilizamos a observação participante (*in loco*), entrevista semiestruturada, busca em sites referentes ao tema, fotos, mapas, documentos oficiais e recurso bibliográfico.

Desse modo, a estrutura desta pesquisa está disposta em três partes. A Introdução detalha os caminhos que foram percorridos até o encontro desta pesquisa, as motivações, problematizações e objetivos, bem como especifica a escolha metodológica e o percurso da investigação em análise. O desenvolvimento – Diálogo sobre a Educação do Campo

como elementos indispensáveis para problematizar a realidade educacional. Análise dos resultados da pesquisa: 4 – A política educacional do/no campo na Escola Rural Emília Cavalcante Moraes: oculta ou real? Destaca a análise da pesquisa, que cumpriu o papel de destrinchar, relacionar e aprofundar cada ponto dos objetivos específicos desta pesquisa. Por fim, teceremos as considerações finais.

## **2. A EDUCAÇÃO POPULAR E A EDUCAÇÃO DO CAMPO CAMINHOS PARA PROBLEMATIZAR A REALIDADE EDUCACIONAL**

Os processos educativos perpassam todas as esferas da organização do povo e dos segmentos populares em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, a educação popular tem contribuindo com os processos organizativos e emancipatórios dos movimentos sociais do campo e da cidade, além disso, vem construindo outra perspectiva de educação, de sociedade e de valores. Segundo Brandão (1981, p. 9) nos mostra, o sentido do saber e como o saber é construído socialmente e assim propagado:

Quando o homem sabe e ensina o saber, é sobre e através das relações de objetos, pessoas e ideias que ele está falando. E é no interior da totalidade e da diferença de situações através das quais o trabalho e as trocas de frutos do trabalho garantem a sobrevivência, a convivência e a transcendência, que, no interior de uma vida coletiva anterior à escola, mas plena de educação, os homens entre si se ensinam e aprendem. Ao mesmo tempo em que socialmente a educação, um domínio da cultura entre outros, é condição da permanente recriação da própria cultura, individualmente a educação, uma relação de saber entre trocas de pessoas, é condição da criação da própria pessoa. Aprender significa tornar-se, sobre o organismo, uma pessoa, ou seja, realizar em cada experiência humana individual a passagem da natureza à cultura.

Compreende-se a educação popular fundamentada no referencial teórico-metodológico freiriano, como uma concepção de educação realizada por meio de processos contínuos e permanentes de formação, que possui a intencionalidade de transformar a realidade a partir do protagonismo dos sujeitos. Partindo dessa análise, as contribuições de Carrillo (2013, p. 18) sobre a perspectiva da Educação Popular a partir da concepção de que:

A educação popular faz parte da tradição do pensamento latino-americano, com a singularidade de possuir seu próprio caminho de ação (múltiplos espaços educativos em resistências, escolares e não escolares) a partir de uma opção política alternativa que dialoga com outros paradigmas críticos e entende a dimensão pedagógica como um campo de dispositivos de saber e poder.

A Educação Popular tem uma filosofia própria que possibilita uma visão de mundo, sobretudo para a classe trabalhadora, que tem uma teoria de conhecimento pautada pela realidade, pensa a partir do lugar do sujeito e abrange para um contexto geral da sociedade. A Educação Popular é pautada por uma ética que consiste em valores, como: autonomia, respeito ao outro, da liberdade, do diálogo, da solidariedade e da promoção da emancipação humana. Como enfatiza Melo Neto (2001, p. 24), a Educação Popular:

[...] ao conter tal perspectiva filosófica, expressa-se como um processo de produção de conhecimento, sendo este uma aproximação *crítica* da realidade. Essa aproximação, por sua vez, a partir da busca de sua estrutura e processo, torna-se possível através de uma visão de totalidade determinada, a qual só se dará através da dialética, possibilitando uma prática educativa renovadora.

A Educação Popular mostra-se como experiências que se externaram de forma a buscar exercícios de superação de práticas educativas dominadoras, tornando-se uma ferramenta para a construção da educação do e no campo, calcada nos princípios da educação popular. Dentro dessa perspectiva, a escola pública situada em espaço rural se torna necessária à reflexão trazida por Esteban e Tavares (2013, p. 296), sob a seguinte afirmação: “emerge como questão a possibilidade de articulação na escola pública, instituição estatal, de projetos políticos-pedagógicos constituídos a partir da perspectiva dos sujeitos subalternizados, de acordo com seus próprios interesses sócio históricos”.

Mas afinal, o que é Educação do Campo? Compreende-se como um processo de lutas sociais dos povos camponeses/as e dos/das trabalhadores/as. Surge da luta pela reforma agrária que se configura pela reorganização fundiária e dos meios de produção, possibilitando o direito às condições de vida a uma agricultura camponesa, ao trabalho, à saúde, à moradia e à preservação da cultura dos povos camponeses.

Para Cardalt (2012, p. 262) a Educação do Campo é uma reafirmação cuja intenção “é revigorar uma concepção de uma educação emancipatória, vinculada a um projeto histórico, às lutas e a à construção social e humana de longo prazo. Faz isso ao se mover pelas necessidades formativas de uma classe portadora de futuro”.

Para compreendermos como uma escola pode ser considerada “do campo”, devemos levar em consideração que não basta que ela esteja situada em uma área rural, ou seja, não basta estar “no campo”, “mas sim oferecer aos povos do campo um trabalho educativo capaz de respeitar suas necessidades culturais e de potencializar seus direitos sociais através de uma formação integral” (HENRIQUES et al. 2007, p. 9-12).

A Educação do Campo se faz no espaço de luta por políticas públicas. Desde a criação da Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (1996), inaugurou-se um momento importante para a Educação do Campo, com a elaboração das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo no Parecer nº 36/2001 e na Resolução 1/2002, do Conselho Nacional de Educação, sendo sancionado o acesso à educação em suas diversas modalidades, contemplando da educação infantil ao ensino técnico para povos camponeses.

No que tange ao espaço rural analisado nesta pesquisa, atrai o debate sobre educação rural e do/no campo, sendo importante situarmos o significado de espaço rural, pois isso nos dará pistas de modelos/projetos de educação, cuja prioridade é para a população camponesa. Assim, a educação é compreendida para o desenvolvimento econômico do espaço rural, ou seja, o currículo da escola do rural esteve sob a demanda do capitalismo, desconsiderando uma escola do campo que privilegie a cultura e a identidade dos povos existentes, que defende um projeto de educação oposto ao do capitalismo.

### **3. A POLÍTICA EDUCACIONAL DO/NO CAMPO ESCOLA RURAL EMÍLIA CAVALCANTE MORAIS: OCULTA OU REAL?**

#### **3.1 Caracterização da Escola Rural Emília Cavalcanti Morais Neta**

O município de Santa Rita está localizado na mesorregião da Mata Paraibana, na microrregião de João Pessoa, com uma área total de 727, 847 km<sup>2</sup>. A sede municipal situa-se a 34,97° de longitude oeste e a 7,44° de latitude sul. Possui uma área de aproximadamente 727 km<sup>2</sup>. Segundo dados do IBGE (2022), estima-se uma população de 138.093 habitantes no município.

A Escola Rural de Ensino Fundamental Emília Cavalcante Morais Neta<sup>3</sup>, aqui pesquisada, localiza-se no Distrito Rural de Lerolândia, em Santa Rita-PB. Inaugurada no dia 09 de março de 2006, pelo prefeito Marcus Odilon, a escola tem duzentos e trinta e oito alunos matriculados nos três turnos. Nos períodos da manhã e da tarde, a instituição funciona do 6º ano ao 9º ano.

---

<sup>3</sup> A escola recebeu este nome em homenagem à filha do dono da usina de cana de açúcar Japungu, que faleceu em um acidente carro. O terreno onde foi construída a escola pertenceu à usina.

Foto 06 – Frente da EMEF Emília Cavalcante Morais Neta



Fonte: Cláudio, 2022.

No tocante aos números de profissionais que atuam na escola, os/as professores/as somam vinte e dois, e os que estão em formação continuada (especialização) são treze, no total. Vale ressaltar que a maioria do corpo docente desse estabelecimento estudantil concluiu a graduação na Universidade Federal da Paraíba – UFPB ou na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Na supervisão educacional, são duas profissionais, atualmente, ambas no mestrado. A escola conta ainda com duas intérpretes, três agentes administrativos, oito auxiliares e dois diretores que se revezam nos turnos.

A escola enfrenta grandes dificuldades e desafios. O primeiro é a falta de professores/as de matemática e de história. Desde o início do ano letivo os/as alunos/as estão sem esses conteúdos. Segundo, a falta de uma estratégia para diminuir o número elevado de evasão escolar; e por último, a urgência de uma reforma na escola, pois a estrutura tem se deteriorado ao longo do tempo.

### 3.2 . Analisando a política educacional do/no campo na Escola Rural Emília Cavalcante Morais: oculta ou real?

O debate da Educação do Campo está restritamente conectado à defesa da escola pública, bem como na inserção e na ampliação das políticas educacionais nas escolas dos assentamentos da reforma agrária, assim como nas escolas situadas em territórios rurais. Assim como foi implementação da Educação do Campo, uma ação educativa

protagonizada e mantida pelos sujeitos do campo, da mesma forma, a escola pública foi introduzida por meio de anseios dos movimentos populares que atuava pela democratização da educação, que enfim, foi consolidada pela constituição federal de 1988.

A respeito dessa discussão, Esteban e Tavares (2013, p. 299) esclarecem:

Reiteramos a importância da escola pública de qualidade no enfrentamento dos problemas de exclusão social, da discriminação dos grupos subalternos e suas reivindicações no interior da sociedade e na luta pelos direitos sociais (Santos, 2004). Já Milton Santos, em sua análise geográfica, aponta para a importância da escola frente às desigualdades sociais e espaciais, aprofundadas no contexto de exclusão e expansão das periferias nas grandes cidades (1997, 1991), identificando o quanto o espaço une e separa por meio de fronteiras visíveis e invisíveis, sendo a escola pública um espaço fundamental para aprendizagens das diferenças e acesso à cultura e à cidadania.

As autoras ressaltam o papel da escola pública, que vai para além de um espaço de ensino e aprendizagem, mas que existem outras formas de enxergar esse ambiente que também se torna inclusivo, que possibilita desfazer as diferenças sociais. Ancoradas pelo pensamento do geógrafo Milton Santos, revela que a escola pública é responsável por integrar culturas, e possibilita aos seus educandos/as o acesso aos seus direitos sociais, políticos, econômicos, entre outros.

Visto essas considerações e a partir do que coletamos nas entrevistas a respeito da correlação entre Educação do Campo e escola pública nas políticas educacionais no município de Santa Rita, observa-se que na cidade não tem uma tradição de lutas sociais no tocante a educação, sobretudo, em relação a Educação do Campo. Historicamente, a cidade de Santa Rita desbravou lutas entorno da moradia, acesso a água de qualidade, garantia de um transporte público e acessível (contra os aumentos abusivos da passagem de ônibus e contra o monopólio). Há grupos e coletivos sociais<sup>4</sup> vinculados à igreja católica que atuaram e atuam de forma engajadas por transformações significativas no município. Entretanto essas forças articuladoras não chegam na zona rural de Santa Rita, a qual ficam vulneráveis às manipulações dos políticos da localidade.

No aspecto institucional da efetivação da política educacional do campo, através da Secretaria Municipal de Educação, veio de forma tardia comparada ao debate da

---

<sup>4</sup> Grupos e coletivos sociais são representados pela Frente Brasil Popular, Ordem Franciscana, pelos partidos de esquerda (PT e Psol) organizam o Grito do/as Excluídos/as todo ano no município. Os membros dessas organizações estão espalhados pelo centro da cidade e alguns bairros, como Tibiri, Marcus Moura, Heitel Santiago, entre outros.



Educação do Campo nos movimentos sociais, bem como quando se tornou Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002). A introdução da discussão iniciou-se em 2014 e 2015 com a iniciativa da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através de projeto de pesquisa sobre Saberes Escolares no Distrito Rural de Lerolândia, coordenado pelo Prof. Doutor Severino Silva, que concomitantemente realizava formação sobre a Educação do Campo com o corpo docente e com a gestão da Escola Rural Municipal Emília Cavalcante Morais Neta. Apenas no primeiro mandato do Prefeito Emerson Panta (2017 a 2020) que foi instituída a coordenação de Educação do Campo na Secretaria de Educação no município, a qual permanece até o momento.

Sobre a discussão supracitada, podemos identificar alguns elementos centrais na fala da gestora da Secretaria de Educação do município de Santa Rita:

Pergunta: A Senhora conhece a Política Educacional em Educação do/no Campo? Se sim, comente a respeito?

Resposta: Sim. A Política Educacional em Educação do/no Campo é importante para respaldar as ações direcionadas para as especificidades do Campo.

Diante do exposto pela gestora, a mesma tem conhecimento da política educacional do campo, além disso, informou que tem uma formação sólida na temática, a qual já participou de formação continuada, de cursos e de congressos sobre a Educação do Campo, promovidos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com grupo de pesquisa coordenada pela Professora Doutora Socorro Xavier (a qual tem contribuindo com esta discussão em algumas escolas de assentamento da reforma agrária do Estado da Paraíba), e relatou que tem se esforçado junto com sua equipe na implementação da Educação do Campo, na zona rural de Santa Rita. Através desse relato, constata-se que parte da gestão do município tem conhecimentos prévios sobre a temática, contudo, esboçamos poucos elementos sobre o significado da Educação do Campo como princípio para a população do campo.

A finalidade aprofundar em que medida a política educacional do campo é desenvolvida no espaço agrário de Santa Rita. Um dos meios para a implementação desta importante temática é a inclusão da mesma nas normativas educacionais do município, um deles que se destaca é o Plano Municipal de Educação, que é um documento, com força de lei, que estabelecem metas para que a garantia do direito à educação de qualidade avance em um município, estado ou país, no período de dez anos.

Além disso, esta normativa tem a finalidade de congrega informações necessárias à organização das políticas públicas na área de educação, no âmbito de um país, estado e município com vistas a uma intervenção que transcenda as ações pontuais de curto prazo. Devido a sua grandeza para os caminhos da educação, escolhemos como objeto de problematização o PME para destrinchar esta discussão. Observou-se que a secretaria municipal de educação realizou eventos para enfatizar a Educação no Plano Municipal de Educação são sinais de que a discussão da Educação do Campo, aos poucos, e introduzida no setor da educação, contudo, revela-se de forma tímida e, na prática, há um distanciamento entre o que está formalizado como normativa em relação à realidade da escola.

Neste sentido, cabe ao governo municipal criar estratégias que acelerem implementação das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, buscando garantir formação continuada, incentivar elaboração de planejamentos pedagógicos que explorem o cotidiano na comunidade local e escolar, trazendo os desafios que percorrem o cotidiano do seus educandos/as, como: a situação da exploração do trabalho na cana-de-açúcar, nas plantações do abacaxi, no trabalho escravo infantil e no forte índice de violência que ronda o campo, atingido principalmente a juventude, e outro lado, como manter o acesso e permanência dessa população no espaço escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa possibilitou destrinchar as possíveis motivações a qual a Educação do Campo é cercada por cana-de-açúcar no Distrito Rural de Lerolândia, em Santa Rita, ou seja, observamos as barreiras que implica na implementação da política educacional do campo neste município. Neste percurso, discutimos a respeito da formação histórica, econômica e social que caracteriza esta cidade como espaço agrário e como isso ainda repercute no tipo de educação que é ofertada para população desta zona rural.

Essas reflexões aqui apresentadas não podem ser vistas de forma isolada; sabe-se que mesmo garantido o marco legal da Educação do Campo nas legislações recentes, sob a responsabilidade da União, Estado e Municípios, a política educacional dessa região é desconhecida e não é implementada em alguns Estados e Municípios. Um exemplo disso é o município e da escola em estudo, consequentemente, essas políticas não são introduzidas pelos gestores/as, professores/as, muito menos, compartilhada com os educandos.

A Educação do Campo enquanto direito educacional para a população do campo ainda tem muito que avançar no que compete à gestão escolar, ao financiamento, à formação inicial e continuada dos/as professores/as, ao projeto político pedagógico, à infraestrutura da escola e da comunidade. Também é preciso repensar a forma como a Educação do Campo e de formação de professores/as nos municípios é concebida. É preciso reforçar a responsabilidade do Estado em cumprir com este direito, como também é necessária uma maior intervenção da população do campo na cobrança, para que isso seja garantido.

Portanto, essa pesquisa reforçou que a Educação do Campo enfrenta grandes desafios, sobretudo, no espaço agrário, e na interação entre escola e comunidade o que exige de nós, enquanto pedagogos/as, pesquisadores/as habilitados nesta área, uma maior colaboração, estudo, reflexão e ações pedagógicas. Isso cria possíveis possibilidades de diálogos, mudanças e entrelaçamento entre escola e comunidade, na percepção de uma educação pública e contextualizada no campo.

Nessa maneira, compreendemos que a Educação do Campo tem elementos que possibilitam a construção de um novo horizonte de escola pública no contexto rural, não como uma fórmula mágica de mudanças ou transposição de experiências que não condizem com a realidade em análise, mas que sirvam de orientação para práticas educativas que façam refletir e problematizar o contexto ao qual a escola está inserida.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO. C. R. **O que é Educação Popular?** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB 1**, de 3 de abril de 2002. Institui diretrizes operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECEBN12002.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECEBN12002.pdf). Acesso em 20 jan. 2022.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARRILLO, A. T. Educação Popular como prática política e pedagógica emancipadora. In: STREK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (org.). **Educação Popular: lugar de construção social e coletiva**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

ESTEBAN, M. T.; TAVARES, M. T. G. Educação Popular como prática política e pedagógica emancipadora. In: STREK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (org.). **Educação**

**Popular e a escola pública:** antigas questões e novos horizontes. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

FERNANDES, B. M. A questão agrária no Brasil hoje: subsídios para pensar a educação do campo. In: Paraná. SEED-PR. **Cadernos temáticos** - Educação do Campo. Curitiba: SEED-PR, 2005.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler.** 23 ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

HENRIQUES, R.; et al. (org). **Educação do Campo:** diferenças mudando paradigmas. Brasília, MEC/SECAD, 2007.

MELO NETO, J. F. de. Educação Popular: uma ontologia. In: SCOCUGLIA, A. C.; MELO NETO, J. F. (org.) **Educação Popular:** outros caminhos. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária. UFPB, 2001.